

DESIGNAR o servidor ANDRE LUIS MULLER, Analista Judiciária, Área Judiciária, código SIGEP nº 3303, para exercer a função comissionada de Assistente de Juiz, FC-5 (Código SIGEP nº 063), da Vara do Trabalho de Altamira, em vaga decorrente da dispensa da servidora Luciana Macedo de Almeida Carvalho Cunha, a partir da publicação deste Ato PRESI no Diário Oficial da União.

GRAZIELA LEITE COLARES

ATO PRESI Nº 447, DE 8 DE OUTUBRO DE 2021

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.112/1990 e no Edital nº 13/2016, de 15 de junho de 2016, que tornou público e homologou o resultado final do Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - C-335/2015;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo TRT8-TPA nº 2058/2016 e do Processo Administrativo Eletrônico nº 5435/2020, que tratam das nomeações para o cargo de carreira da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa;

CONSIDERANDO que os candidatos FILIPE DIAS ROCHA e ANNA CLAUDIA FONSECA já se submeteram à verificação presencial, ocorrida em 4 de outubro de 2021, por força do Termo de Ajustamento de Conduta nº 5/2016-GAB11/PR/PA, firmado entre este Tribunal e o Ministério Público Federal, e que houve deferimento de suas inscrições, consoante Comunicado nº 150/2021, que configura requisito obrigatório para nomeação;

CONSIDERANDO as consultas ocorridas por meio dos Comunicados nºs 41/2017, 62/2017, 82/2018, 125/2020, 133/2021 e 147/2021 deste Egrégio Tribunal;

CONSIDERANDO, ainda, o interesse do serviço,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o artigo 9º, item I, combinado com o artigo 10, ambos da Lei nº 8.112/1990, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público C-335/2015, para exercerem o cargo de provimento efetivo da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, Nível Intermediário, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, de acordo com o artigo 9º, item I, combinado com o artigo 10, ambos da Lei nº 8.112/1990, como a seguir:

LISTA GERAL

Belém
- 110º lugar - ANA ALZIRA HOLANDA TANCREDI, em vaga decorrente do falecimento de José do Carmo Pereira Neto (código 638);
Macapá

- 123º lugar - RODRIGO DA SILVA CAVALCANTE, em vaga decorrente da exoneração, a pedido, de Simone da Silva Pires (código 1286);
Santa Izabel do Pará

- 173º lugar - LUCIANO RIBEIRO DA ROCHA CARNEIRO LEÃO, em vaga decorrente do falecimento de Marciano de Jesus Pereira (código 566);
Marabá

- 175º lugar - MARCIANO MORAES DA GAMA, em vaga decorrente da aposentadoria de Francisco de Assis Martins Dias (código 12);
Parauapebas

- 176º lugar - ADONES HENRIQUE SILVA AMBRÓSIO VIEIRA, em vaga proveniente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, decorrente da aposentadoria de Fabiula Araújo Marques Ribeiro, redistribuída para este Regional, mediante reciprocidade com cargo idêntico, ocupado por Lídiane Taize de Carvalho Andrade (código 820);
Parauapebas

- 178º lugar - IZABELLA VAZ DE OLIVEIRA SOARES, em vaga decorrente da aposentadoria de Edmundo Santos Pereira (código 13);
- 181º lugar - DANIELE NEVES DA SILVA, em vaga decorrente da aposentadoria de Elci Oliveira Nogueira (código 435);

- 182º lugar - FÁBIO LUIZ BAIA BARRETO MOREIRA, em vaga proveniente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, decorrente da posse em outro cargo acumulável de Emanuel Barbosa de Castro e Moura, redistribuída para este Regional, mediante reciprocidade com cargo idêntico, ocupado por Hugo Arantes de Oliveira (código 1380);
Breves

- 184º lugar - RAQUEL BRAGA DA COSTA, em vaga decorrente da Aposentadoria de Célia Rodrigues da Silva (código 251);
Redenção

- 189º lugar - MARCUS VINICIUS SOUSA TEIXEIRA, em vaga decorrente da Aposentadoria de Elizabeth Gomes da Silva (código 434);
Xinguara

- 190º lugar - ALAN RÉGIS SORNBERGER, em vaga proveniente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, decorrente do falecimento de Maria das Mercês Vasconcelos, redistribuída para este Regional, mediante reciprocidade com cargo idêntico, ocupado por Brenna Suany Costa Cavalcanti (código 1381);
Óbidos

- 194º lugar - SAMANTHA DIÓENES FERNANDES, em vaga decorrente da aposentadoria de Maria de Fátima Moreira Braga (código 363);
LISTA DE CANDIDATOS NEGROS

Abetetuba
- 47º lugar - FILIPE DIAS ROCHA, em vaga decorrente da aposentadoria de José Cavaleiro de Macedo Bentes (código 77);
Xinguara

- 48º lugar - ANNA CLÁUDIA FONSECA, em vaga decorrente do falecimento de Rafael Torelli Reis (código 1309);
LISTA DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

São Félix do Xingu
- 11º lugar - JOSEFA MARTINS DA ROCHA, em vaga decorrente da Posse em outro cargo acumulável de Augusto Cesar de Oliveira Moreira (código 853).

GRAZIELA LEITE COLARES

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 1.055, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as diretrizes contidas na Resolução nº 194/2014 do CNJ, que busca o desenvolvimento, em caráter permanente, de iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários de primeiro grau;

CONSIDERANDO os objetivos estratégicos "Maximizar a governança da gestão de pessoas", e "Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária", constantes no mapa estratégico corporativo do TRT 14, aprovados por intermédio da Resolução Administrativa nº 79/2014;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Administrativa nº 057/2016, que homologou o Resultado Final do Concurso Público para Provimento de Cargos de Níveis Superior e Médio do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e a formação de cadastro reserva, realizado pela Fundação Carlos Chagas, regido pelo Edital nº 001/2015, prorrogado pela Resolução Administrativa nº 46/2018, de 26 de junho de 2018 e disponibilizada no DeJT no dia 12 de julho de 2018;

CONSIDERANDO determinação contida nos autos do Processo TRT MA 00005.2001.0000.14.00-5, que trata das bases legais dos cargos deste Regional;

CONSIDERANDO as diretrizes para provimento de cargos, contidas na Recomendação CSJT nº 21/2017;

CONSIDERANDO o preconizado pelo art. 96, I, "e", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º, I e art. 10 da Lei nº 8.112/90, bem como em observância ao disposto no art. 7º da Lei nº 11.416, de 15-12-2006;

CONSIDERANDO que os prazos de validade dos concursos públicos foram suspensos em razão da pandemia decorrente do Novo Coronavírus, que ensejou a edição do Decreto Legislativo n. 6/2020 e, por consequência da RA 017/2020, e posteriormente, ao Decreto 6/2020, foi editado a Lei Complementar 173/2020 que, em seu art. 10, suspendeu os prazos de validade dos concursos públicos já homologados, como no presente caso;

CONSIDERANDO a Mensagem SEOFI/CSJT Nº 3/2021, 14 de janeiro de 2021, o qual estabelece, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, os procedimentos a serem observados em relação ao provimento de cargos e/ou funções vagos, nos termos do disposto no art. 99 da Lei nº 13.898/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020), assim como do Anexo V da Lei nº 13.978/2020 (Lei Orçamentária Anual);

CONSIDERANDO o teor da Informação nº 209/2021/SGEP/STPLRR (doc. 535 - Proad 16019/2016) por meio da qual a Secretária de Gestão de Pessoas notícia que a candidata CAMILA SILVA BAETA encaminhou o Termo de Desistência (ID 534) de caráter irrevogável e irretratável, informando que não tem interesse em exercer o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Sem Especialidade, para o qual fora nomeada;

CONSIDERANDO os termos da Portaria GP n. 1054/2021, que tornou sem efeito a nomeação da candidata CAMILA SILVA BAETA, para exercer o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, classificada em 23º lugar da lista geral, em cargo criado pela Lei n. 8432/1992, vago em decorrência da aposentadoria voluntária da servidora FATIMA MARISSUE MARTINS RODRIGUES, conforme Portaria GP n. 116, de 5-2-2019, publicada no DEJT de 6-2-2019;

CONSIDERANDO o despacho presidencial exarado nos referidos autos (doc. 536 - Proad 16019/2016), resolve:

I - NOMEAR o candidato JOSE LUIZ DE OLIVEIRA, aprovado em 27º lugar da lista Geral, para exercer o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, sem especialidade, em cargo criado pela Lei n. 8432/1992, vago em decorrência da aposentadoria voluntária da servidora FATIMA MARISSUE MARTINS RODRIGUES, conforme Portaria GP n. 116, de 5-2-2019, publicada no DEJT de 6-2-2019;

II - LOTAR na Secretaria Administrativa/Coordenadoria de Licitações e Contratos;

III - DELEGAR competência ao Secretário de Gestão de Pessoas para dar posse ao candidato nomeado.

Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA

PORTARIA GP Nº 1.052, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Portaria GP nº 1212, de 21-12-2020, que suspendeu os efeitos da Portaria GP nº 1044, de 24-11-2020, até ulterior deliberação, publicada no DOU e DEJT de 23-12-2020;

CONSIDERANDO o despacho desta data, juntado ao Proad 679/2020, resolve: TORNAR SEM EFEITO a Portaria GP nº 1212, de 21-12-2020, restabelecendo-se, via de consequência, os efeitos da Portaria GP n. 1044, de 24 de novembro de 2020.

Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA

PORTARIA GP Nº 1.054, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Portaria GP n. 0936, de 9-9-2021, publicada no DOU e DEJT de 10-9-2021, que nomeou 4 (quatro) candidatos para exercer o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária;

CONSIDERANDO o teor da Informação nº 209/2021/SGEP/STPLRR (doc. 535 - Proad 16019/2016) por meio da qual a Secretária de Gestão de Pessoas notícia que a candidata CAMILA SILVA BAETA encaminhou o Termo de Desistência (ID 534) de caráter irrevogável e irretratável, informando que não tem interesse em exercer o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Sem Especialidade, para o qual fora nomeada;

CONSIDERANDO o despacho presidencial exarado nos referidos autos (doc. 536), resolve: TORNAR SEM EFEITO o item II da Portaria GP nº 0936, de 9 de setembro de 2021, que nomeou a candidata CAMILA SILVA BAETA, para exercer o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, classificada em 23º lugar da lista geral, em cargo criado pela Lei n. 8432/1992, vago em decorrência da aposentadoria voluntária da servidora FATIMA MARISSUE MARTINS RODRIGUES, conforme Portaria GP n. 116, de 5-2-2019, publicada no DEJT de 6-2-2019.

Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ATO CPV Nº 79, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do Processo PROAD nº 8777/2021, resolve:

Redistribuir, a partir de 13 de outubro de 2021, o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, ocupado pelo servidor GUSTAVO MONT'ALVÃO CANELA, para o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, de acordo com o artigo 37, incisos I a VI, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, tendo por reciprocidade a redistribuição simultânea de 01 (um) cargo idêntico, do Quadro Permanente da Secretaria daquele E. Tribunal para esta Corte, ocupado pelo servidor CARLOS ALEXANDRE ROCHA.

FÁBIO GRASSELI

ATO CPV Nº 65, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do artigo 1º da Resolução Administrativa nº 29/2017 e Processo PROAD nº 19842/2021, resolve:

Nomear, nos termos do artigo 5º, da Lei nº 11.416/2006, CANDY GUIMARÃES, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão CI-01, do mesmo Quadro, em vaga decorrente da exoneração de Cláudia Elis Pereira de Araújo.

ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA

ATO Nº 56 - SLP, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do PROAD nº 16000/2021, resolve:

Conceder aposentadoria à servidora ROSMEIRE APARECIDA VASQUES, no cargo de Analista Judiciária, área Judiciária, especialidade Oficial de Justiça Avaliadora Federal, Classe B, Padrão 10, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no artigo 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019 c/c artigo 28 da Lei nº 11.416/2006, com proventos calculados e reajustados de acordo, respectivamente, com o § 6º, inciso I, e § 7º, inciso I, do citado artigo 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA



DIRETORIA-GERAL

ATO CPV Nº 64, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência delegada pela Portaria GP nº 57/2018, atualizada pela Portaria GP nº 56/2019, e tendo em vista o que consta do Processo PROAD nº 19842/2021, resolve:

Exonerar CLÁUDIA ELIS PEREIRA DE ARAÚJO, Analista Judiciário, área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, do cargo em comissão de Chefe de Divisão CJ-01, do mesmo Quadro.

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA

PORTARIAS CPV DE 29 DE SETEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEGP nº 01/2019, resolve:

Nº 444 - Designar, a partir da publicação desta portaria, CANDY GUIMARÃES, Analista Judiciária, área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para ter exercício no Grupo de Apoio, da Corregedoria Regional, dispensando-a da função comissionada de Assistente Especializado da Presidência FC-05.

Nº 446 - Designar, a partir da publicação desta portaria, CLAUDIA ELIS PEREIRA DE ARAÚJO, Analista Judiciária, área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para:

I - ter exercício na Seção de Primeira Instância, da Corregedoria Regional;

II - exercer a função comissionada de Assistente Técnico de Apoio Administrativo FC-04.

Nº 447 - Designar, a partir da publicação desta portaria, FABIO TURCO MERLIM, Técnico Judiciário, área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para:

I - ter exercício na Seção de Primeira Instância, da Corregedoria Regional;

II - exercer a função comissionada de Assistente Técnico de Vara do Trabalho FC-04.

Nº 448 - Designar, a partir da publicação desta portaria, os servidores abaixo, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, lotados na Corregedoria Regional, para:

- CRISTINA YOCHIE IWASAKI, Técnica Judiciária, área Administrativa, da Seção de Procedimentos Administrativos, para exercer a função comissionada de Assistente Especializado da Presidência FC-05, dispensando-a da função comissionada de Assistente Técnico de Apoio Administrativo FC-04;

- JULIANA PENACHIONI DRUMOND, Técnica Judiciária, área Administrativa, da Seção de Acompanhamento de Magistrados, para exercer a função comissionada de Assistente Técnico de Vara do Trabalho FC-04, dispensando-a da função comissionada de Assistente de Apoio Administrativo FC-03;

- JOSE MANOEL GOES NUNES, Analista Judiciário, área Administrativa, do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, para exercer a função comissionada de Assistente de Apoio Administrativo FC-03, dispensando-o da função comissionada de Assistente FC-02.

CAROLINA MAGALHÃES SERNE CARNEVALLI

PORTARIAS CPV DE 5 DE OUTUBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEGP nº 01/2019, e tendo em vista o que consta do Processo 8777/2021 PROAD, resolve:

Nº 464 - Dispensar, a partir de 13 de outubro de 2021, GUSTAVO MONT ALVÃO CANELA, Técnico Judiciário, área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, da função comissionada de Assistente FC-02, na 6ª Vara do Trabalho de Campinas.

A COORDENADORA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEGP nº 01/2019, e tendo em vista o que consta do Processo 20420/2021 PROAD, resolve:

Nº 466 - I - Remover, a pedido, a partir de 13 de outubro de 2021, CLAUDIA FERNANDA PIMENTEL LOPES, Servidora Pública Federal, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, à disposição deste Tribunal, da 2ª Vara do Trabalho de Assis para o Gabinete da Desembargadora do Trabalho Eleonora Bordini Coca, dispensando-a da função comissionada de Assistente FC-02, bem como da designação para desempenhar as atividades de Administrador de Rede Local;

II - Designá-la, a partir da publicação desta portaria, para exercer a função comissionada de Assistente Administrativo FC-03.

A COORDENADORA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEGP nº 01/2019, resolve:

Nº 467 - Designar, a partir da publicação desta portaria, FLAVIA LUCIANE LOPES DOS REIS, Servidora Pública Federal, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, removida para este Tribunal, lotada na 2ª Vara do Trabalho de Assis, para exercer a função comissionada de Assistente FC-02, dispensando-a da função comissionada de Executante FC-01.

CAROLINA MAGALHÃES SERNE CARNEVALLI

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 267, DE 8 DE OUTUBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR JOÃO LEITE DE ARRUDA ALENCAR, VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso VII e XXIII do artigo 24 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no PROAD nº 3.634, de 26/8/2021, resolve:

Instituir Comissão de Sindicância destinada a apurar a adulteração em equipamentos de informática de propriedade deste Tribunal, nos termos das disposições contidas nos Arts. 143, 144 e 145 da Lei nº 8.112/1990 e designar os servidores Guilherme Antônio Feitosa Falcão, João Felipe Braga Valcácer, Analistas Judiciários, e Thiago Pontes de Alencar, Técnico Judiciário, para, sob a presidência do primeiro, apresentar relatório à Presidência deste Regional no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

JOÃO LEITE DE ARRUDA ALENCAR

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

ATO Nº 249, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o constante do PROAD nº 3301/2021, tendo em vista o efeito suspensivo conferido ao pedido de reexame do Acórdão nº 11.536/2021, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União, prolatado no Processo TC 022.205/2021-7, conforme o disposto no OFÍCIO nº 57032/2021-TCU/Seprac, resolve:

SUSPENDER os efeitos do ATO TRT GP Nº 234/2021, publicado no Diário Oficial da União de 24/09/2021, que revisa os proventos de NELI GOMES PEREIRA, servidora aposentada deste Tribunal, matrícula nº 308.21.0657, restabelecendo a situação de parcelas incorporadas de funções comissionadas da aposentada, existente na data de sua inativação, como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), até ulterior deliberação.

MARIA DO PERPETUO SOCORRO WANDERLEY DE CASTRO

JUSTIÇA FEDERAL

1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM MINAS GERAIS
DIRETORIA DO FORO

ATO Nº 14.196.281, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021

A DIRETORA DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS E TENDO EM VISTA O CONSTANTE NOS AUTOS DO PAe 0007155-28.2017.4.01.8008, resolve:

Conceder pensão à ADALBERTO GASPARG BOUCINHA, filho do servidor aposentado falecido da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, DILERMANO BARBOSA BOUCINHA e de BELEMISSE GASPARG BOUCINHA, sua curadora e representante para fins de pensão civil, em cumprimento à tutela de evidência deferida na sentença proferida no processo judicial nº1006380-73.2018.4.01.3800, nos termos do art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, c/c o art. 2º, inciso I, parágrafo único, da Lei 10.887/2004, e arts. 215, 217, inciso II, alínea a, da Lei 8.112/90, a partir do dia 24/01/2019.

Juíza Federal VÂNILA CARDOSO ANDRÉ DE MORAES

Entidades de Fiscalização
do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 81, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021

O Presidente do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região, RJ/ES - CRBio-02, no uso de suas atribuições legais, expressas no Capítulo III, Art. 21, inciso X, do Regimento, disposto pela Resolução CFBio nº 519, de 05 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 12 de julho de 2019, e, Considerando os princípios de transparência e publicidade; Considerando o parecer nº 18, de 28 de setembro de 2021, da Assessoria Jurídica deste CRBio-02; Considerando a falta de Biólogos fiscais no setor de Fiscalização que possam atuar diretamente em fiscalizações externas; Considerando que por precaução e cautela, a Direção entende por preservar a saúde dos empregados públicos respeitando as recomendações dos seus médicos assistentes; Considerando que o objetivo principal do Conselho Regional é a Fiscalização profissional; Considerando a Resolução CFBio nº 284/2012 (Manual de Orientação da Fiscalização do Exercício Profissional - MOFEP) em seu artigo 6º; Considerando o deliberado pela Comissão Permanente de Fiscalização do Exercício Profissional - COFEP, em sua reunião ocorrida em 04 de outubro do corrente ano, e, Considerando o deliberado na reunião de Diretoria nesta data, configurando-se como necessidade excepcional e urgente, resolve:

Artigo 1º- Nomear, ad referendum, o empregado público FLÁVIO CUNHA DA ROSA, CRBio-02 91.672/02-D, para exercer a função de Biólogo Fiscal, ad hoc, temporariamente e excepcionalmente pelo período de 6 meses. Parágrafo Único- A critério da Diretoria a nomeação temporária pode ser revogada a qualquer momento. Artigo 2º- Por essa nova função o empregado público Flávio Cunha da Rosa, receberá complementação salarial, passando a receber salário como Biólogo fiscal na categoria inicial como disposto na Portaria CRBio-02 nº 80, de 23 de setembro de 2021. Artigo 3º- A fonte de custeio para complementação do salário será retirada da verba destinada ao pagamento de pessoal, com o excedente aberto com a solicitação de demissão de dois empregados públicos da Fiscalização/Sede desta Regional. Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União - DOU. Vicente Moreira Conti - Presidente - CRBio-02 nº 00164/02-D; Daniel Gibaldi - Conselheiro Secretário - CRBio-02 nº 48.748/02-D; Valdir Alves Lage - Conselheiro Tesoureiro - CRBio-02 nº 00227/02-D

VICENTE MOREIRA CONTI

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 29, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021

A Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região, autarquia federal, criada pela Lei 6965, de 09 de dezembro de 1981, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando a nomeação e exoneração ad nutum do empregado nomeado para cargo comissionado, resolve:

Art. 1º - Exonerar, o empregado do cargo comissionado, Paulo Yassuo Koike das suas funções do cargo comissionado de livre nomeação e exoneração de Assessor contábil, sendo o dia 27/09/2021, considerado como último dia de trabalho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos na forma da lei.

VERA REGINA VITAGLIANO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 30, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021

A Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região, no uso das atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº 6.965/81, determina: Considerando a importância do cargo comissionado de assessoria contábil do CRFa 2ª Região; Considerando a nomeação e exoneração ad nutum do empregado nomeado para cargo em comissão, resolve:

Art. 1º - Nomear ELAINE FUKUYAMA para ocupar o cargo de assessora contábil, qualificado como de livre nomeação e exoneração, a partir de 28/09/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos na forma da lei.

VERA REGINA VITAGLIANO TEIXEIRA

